**Reconhecimento Mútuo III**

**Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008**

**respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas**

*Conjunto de Estudos de caso – um Guia para formadores*

Elaborado por:

*Daniel Constantin Motoi*

*Juiz,*

*Tribunal de Primeira Instância, 4th District, Tribunal de Bucareste, Bucareste*

***Índice***

**A. Estudos de caso 1**

**I. Cenário de caso 1; Questões 1**

**II. Exercícios 2**

**III. Cenário de Caso 2; Questões 3**

**B. Notas adicionais para os formadores sobre os casos 4**

**C. Abordagem metodológica 5**

**I. Ideia geral e temas centrais 5**

**II. Grupos de trabalho e estrutura do seminário 6**

**III. Material adicional 6**

**D. Soluções 7**

**Anexo 27**

****Reconhecimento Mútuo III.****

**A. I. Cenário de caso 1:**

Um cidadão alemão M.H. (nascido em 23.05.1970) foi condenado pelo Tribunal de Bucareste, Roménia, a 2 anos de pena de prisão por ter cometido um crime informático. A sanção imposta foi suspensa por um período de 4 anos. Durante o período de vigilância, o cidadão alemão deve cumprir as seguintes obrigações: a obrigação da pessoa condenada de informar uma autoridade específica de qualquer mudança de residência ou de local de trabalho, a obrigação da pessoa condenada de informar uma autoridade específica de qualquer mudança de residência ou de local de trabalho, a obrigação de prestar serviço comunitário e a obrigação de cooperar com um agente da liberdade condicional ou com um representante de um serviço social com responsabilidades em relação às pessoas condenadas.

Após a decisão se ter tornado definitiva, o cidadão alemão quer regressar ao seu país, onde reside legal e habitualmente (Hamburgo, Alemanha). Pediu no Serviço de Liberdade Condicional de Bucareste para ser supervisionado na Alemanha onde se encontra a sua família e onde está atualmente empregado.

**Questões:**

1. *As autoridades romenas podem solicitar a transferência da supervisão das obrigações impostas à pessoa condenada para as autoridades competentes alemãs? Que instrumento jurídico é aplicável neste caso?*
2. *Quais são os critérios necessários para transmitir a sentença a outro Estado-Membro? O cidadão alemão tem o direito de solicitar essa transferência de supervisão? É necessário o seu consentimento nesta fase?*
3. *Encontre as autoridades competentes envolvidas na possível transferência da pessoa condenada (as autoridades romenas e alemãs competentes).*
4. *Como irão proceder neste caso a autoridade competente* emissora *e a autoridade competente de execução?*
5. *Que desafios pode a autoridade competente emissora enfrentar ao solicitar a transferência da supervisão e como* *podem ser ultrapassados?*
6. *Que desafios pode a autoridade competente de execução enfrentar durante o processo de reconhecimento e como podem ser ultrapassados?*
7. *Quais são os benefícios, neste caso, se a transferência da supervisão for concedida pelas autoridades alemãs competentes?*

**A. II. Exercícios:**

**Encontre as seguintes autoridades competentes de execução e as línguas a utilizar na Certidão (processos penais gerais):**

1. Uma autoridade competente alemã quer transferir a supervisão da pessoa condenada A.N. que reside legal e habitualmente em Bruxelas, Bélgica.

*Autoridade competente:*

*Língua:*

2. Uma autoridade competente francesa quer transferir a supervisão da pessoa condenada B.C. que reside legal e habitualmente em Vigo, Espanha.

*Autoridade competente:*

*Língua:*

3. Uma autoridade competente espanhola quer transferir a supervisão da pessoa condenada M.M. que reside legalmente e habitualmente em Viena, Áustria.

*Autoridade competente:*

*Língua:*

1. **III. Cenário de caso 2 (continuação do cenário de caso 1):**

Supondo que as autoridades competentes alemãs tenham concedido a transferência da supervisão da pena suspensa (a partir do cenário de caso 1) e que a supervisão tenha começado em 01.01.2020. Durante o período de supervisão, o cidadão alemão infringiu uma das obrigações impostas. Agora, as autoridades alemãs devem decidir como proceder.

**Questões:**

1. *Que lei é aplicável durante o período de supervisão?*
2. *Como irão as autoridades alemãs proceder relativamente à violação de uma das obrigações impostas à pessoa condenada?*
3. *O que acontecerá se a pessoa condenada for confrontada com um novo processo penal no EM emissor?*
4. *O que acontecerá na eventualidade de se ausentar ou de já não ter residência legal e habitual no Estado de execução?*

****Parte B. Notas adicionais para os formadores sobre os casos****

**A. I. Cenário de caso 1:**

* O país de condenação será alterado para o país onde o seminário está a decorrer.
* No seminário que está a decorrer na Alemanha, os países dos cenários de casos 1 e 2 serão trocados e a pessoa condenada será desta vez um cidadão romeno, com residência legal e habitual em Bucareste, Roménia).

****Parte C. Abordagem metodológica****

1. **Ideia geral e temas centrais**

A ideia deste material de formação é familiarizar os oficiais de justiça dos Estados-Membros com o instrumento jurídico de cooperação judiciária disponível a nível europeu, tendo em vista o controlo das medidas de vigilância e sanções alternativas.

Os oficiais de justiça desempenham frequentemente tarefas administrativas que vão desde o preenchimento do formulário solicitado pelo instrumento jurídico, identificação da autoridade competente a quem o enviar, tradução do formulário, pedido ou envio de informações adicionais relativas à cooperação judiciária.

Assim sendo, serão abordados **os seguintes aspetos principais** no âmbito dos seminários:

1. Âmbito de aplicação da Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas

2. Familiarização com a estrutura geral da Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho.

3. Identificação de alguns desafios que a autoridade competente emissora pode enfrentar ao solicitar a transferência da supervisão e como superá-los.

4. Identificar alguns dos desafios que a autoridade competente de execução pode enfrentar durante o processo de reconhecimento e como superá-los.

4. Realçar os benefícios da transferência da supervisão.

5. Compreender algumas questões práticas que podem surgir antes e depois da transferência da supervisão.

6. Pormenores administrativos: Como deve proceder uma autoridade emissora numa dada situação? Que língua deve ser utilizada? Onde pode a autoridade emissora encontrar a autoridade competente do Estado-Membro de execução à qual o pedido tem de ser dirigido?

1. **Grupos de trabalho e estrutura do seminário**

O formador fornecerá aos participantes uma breve apresentação (Power point) destacando as importantes características da Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas – âmbito, definições, autoridades competentes, tipos de medidas de vigilância, critérios para a transmissão de uma sentença, motivos de recusa, prazos, adaptação, lei aplicável, decisões subsequentes, obrigações para os EM (**cerca de 15-20 min**).

O ***cenário de caso 1*** é a oportunidade de compreender a Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas como instrumento para a transferência da supervisão de pessoas condenadas entre diferentes EM que implementaram a DQC. Os participantes trabalharão em grupos de 4-5 e terão um computador portátil ligado à internet por grupo, a fim de resolverem as questões. A resolução do cenário de caso 1 e a resposta às questões deve demorar **aproximadamente 1 hora e 40 minutos**.

Recomenda-se um intervalo de 10 minutos neste momento.

A resolução dos **exercícios** a partir do ponto A.II deve demorar cerca de **10 minutos**, dado que se destinam a auxiliar os participantes na compreensão do mecanismo para encontrar uma autoridade competente e a língua a ser utilizada na Certidão.

*O* ***cenário de caso 2*** permitirá aos participantes aprofundarem a compreensão da aplicação de algumas das disposições da DQC. Os participantes trabalharão em grupos de 4-5 e terão um computador portátil ligado à internet por grupo, a fim de resolverem as questões. A resolução do cenário de caso 2 deve demorar **aproximadamente** **40-45 minutos**.

Quaisquer questões pendentes devem ser discutidas no final do seminário (durante **aproximadamente 5-10 minutos**).

Os organizadores devem tentar criar grupos de participantes com um nível aproximado de experiência no trabalho com a DQC 2008/947 ao resolverem os cenários de caso.

1. **Materiais adicionais**

Todos os participantes receberão uma cópia da Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, incluindo os Formulários nos Anexos I e II. Além disso, os participantes devem trazer consigo ou ter acesso às suas disposições nacionais de aplicação da DQC.

****Parte D. Soluções****

**A. I. Cenário de caso 1:**

***Q1:*** As autoridades romenas podem solicitar a transferência da supervisão das obrigações impostas à pessoa condenada para as autoridades competentes alemãs? Que instrumento jurídico é aplicável neste caso?

Neste caso, as autoridades romenas podem solicitar a transferência da supervisão das obrigações impostas à pessoa condenada para as autoridades alemãs competentes e o instrumento jurídico aplicável é a **Decisão-Quadro 2008/947/JAI[[1]](#footnote-1) do Conselho, de 27 de novembro de 2008**, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas.

A decisão acima referida foi implementada por quase todos os Estados-Membros da União Europeia, com exceção do Reino Unido. A Irlanda está atualmente a implementar a Decisão-Quadro do Conselho embora o período de implementação tenha terminado (a DQC teve de ser implementada até 6 de dezembro de 2011).

|  |
| --- |
| O [*estado de implementação* daDecisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/EJN_Library_StatusOfImpByCat.aspx?l=EN&CategoryId=37) de 27 de novembro de 2008 está disponível no sítio Web da RJE – [www.ejn-crimjust.europa.eu](http://www.ejn-crimjust.europa.eu) (na secção dedicada à DQC 2008/947/JAI): |

A Decisão-quadro aplica-se ao **reconhecimento de sentenças e, quando aplicável, decisões relativas à liberdade condicional** e à **transferência da responsabilidade pela supervisão de medidas de vigilância e sanções alternativas** (n.º 2 do Artigo 1.º, da DQC).

A Decisão-Quadro **não se aplica a**:

a) À execução de sentenças em matéria penal que apliquem penas ou medidas privativas de liberdade, abrangidas pelo âmbito de aplicação da **Decisão-Quadro 2008/909/JAI[[2]](#footnote-2)**,

b) Ao reconhecimento e à execução de sanções pecuniárias e decisões de perda abrangidas pelo âmbito de aplicação da **Decisão-Quadro 2005/214/JAI do Conselho[[3]](#footnote-3)**, de 24 de fevereiro de 2005, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias, e da **Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho[[4]](#footnote-4)**, de 6 de outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda (n.º 3 do Artigo 1.º).

***Q2:*** Quais são os critérios necessários para transmitir a sentença a outro Estado-Membro? O cidadão alemão tem o direito de solicitar essa transferência de supervisão? É necessário o seu consentimento nesta fase?

Os critérios para o envio de uma sentença e, quando aplicável, de uma decisão relativa à liberdade condicional estão previstos no Artigo 5.º da Decisão-Quadro do Conselho.

O n.º 1 do Artigo 5.º estabelece que a autoridade competente do Estado de emissão pode transmitir uma sentença e, se for caso disso, uma decisão relativa à liberdade condicional à autoridade competente do ***Estado-Membro em que a pessoa condenada*** ***reside legal e habitualmente, nos casos em que a pessoa condenada tenha regressado ou pretenda regressar a esse Estado***.

O n.º 1 do Artigo 1.º estabelece também que a Decisão-Quadro visa *facilitar a reinserção social da pessoa condenada, melhorar a proteção da vítima e do público em geral, bem como promover a aplicação de medidas de vigilância e sanções alternativas adequadas, no caso dos infratores que não residam no Estado de condenação.*

Como se pode ver neste caso, o cidadão alemão tem o direito de solicitar a transferência da supervisão da pena suspensa porque reside legal e habitualmente na Alemanha e deseja regressar ao seu país de origem onde tem a sua família e onde tem um emprego.

Neste caso, a perspetiva de facilitar a reabilitação social da pessoa condenada é clara e as autoridades competentes romenas precisam de pedir às autoridades de execução alemãs competentes o reconhecimento e a supervisão das obrigações impostas.

Nos termos do Artigo 5.º da DQC, **é sempre necessário o consentimento da pessoa condenada**, a menos que a pessoa tenha regressado ao Estado de execução, quando o seu consentimento está implícito.

On.º 2 do mesmo Artigo estabelece que a autoridade competente do Estado de emissão pode, a **pedido da pessoa condenada,** transmitir a sentença e, se for caso disso, a decisão relativa à liberdade condicional *à autoridade competente de um Estado-Membro que não seja aquele em cujo território a pessoa condenada tenha a sua residência legal e habitual,* ***se esta última autoridade consentir nessa transmissão.*** Os Estados-Membros determinam em que condições as suas autoridades competentes podem consentir na transmissão de uma sentença e, se for caso disso, de uma decisão relativa à liberdade condicional, nos casos abrangidos pelo n.º 2.

***Q3:*** Encontre as autoridades competentes envolvidas na possível transferência da pessoa condenada (as autoridades romenas e alemãs competentes).

Quanto às autoridades romenas competentes para pedir a transferência da supervisão, estas são, de acordo com a legislação nacional de aplicação da DQC 2008/947/JAI, os tribunais distritais (neste caso, o Tribunal de Bucareste como tribunal que proferiu a pena suspensa).

|  |
| --- |
| [As informações relativas às autoridades competentes](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejnupload/Practical_info/Probation/ImplemantionProbationNov16.PDF) como autoridades emissoras podem ser consultadas no sítio Web da RJE – [www.ejn-crimjust.europa.eu](http://www.ejn-crimjust.europa.eu) na Informação Complementar fornecida pelo Secretariado do Conselho disponível na seguinte ligação (informação fornecida para cada EM). |

Para ver as autoridades alemãs competentes, utilizaremos o [***Atlas***](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/AtlasChooseCountry/EN)disponível no sítio Web da RJE – [www.ejn-crimjust.europa.eu](http://www.ejn-crimjust.europa.eu), seleciona-se a Alemanha como país de execução e *904*. *Probation measures (medidas de vigilância).*

O resultado deve ser o seguinte:

|  |
| --- |
| **Nome:** STAATSANWALTSCHAFT HAMBURG  **Morada:**  Gorch-fock-wall 15  **Departamento (Divisão):**  **Cidade:**  Hamburgo  **Código postal:** 20355  **Número de telefone:** (+49) 40 428280  **Telemóvel:**  **Número de fax:** (+49) 40 428433968  **Endereço de Correio Eletrónico:** Poststelle-Staatsanwaltschaft@sta.justiz.hamburg.de |

E o [resultado da pesquisa pode ser encontrado aqui](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/AtlasAuthorityData/EN/277/9/907/54/369/2/0/4222/466/0/1/916/1):

***Q4:*** Como irão proceder neste caso a autoridade competente emissora e a autoridade competente de execução?

* **Autoridade competente emissora**

Com vista a facilitar a reabilitação social da pessoa condenada e tendo o consentimento da mesma, a autoridade romena competente verificará os critérios estabelecidos no n.º 1 do Artigo 5.º da DQC.

A autoridade competente romena **preencherá a Certidão** estabelecida no Anexo I da DQC 2008/947 e enviá-la-á juntamente com a sentença diretamente à autoridade de execução competente identificada no ponto 3 *supra*.

Nos termos do Artigo 21.º da DQC, a sentença e a certidão devem ser **traduzidas para alemão**.

* **Autoridade competente de execução**

Depois de receber a sentença e a certidão das autoridades romenas, **a autoridade competente alemã** terá de tomar a decisão de reconhecer e supervisionar as obrigações impostas nos termos do **Artigo 6.º da DQC.**

Note-se que os **motivos de recusa do reconhecimento e da fiscalização** são limitados e expressamente mencionados no Artigo 11.º da DQC.

**Os prazos** para tomar uma tal decisão são mencionados no Artigo 12.º da DQC.

As autoridades de execução terão **de informar** a autoridade emissora, tal como previsto no Artigo 18.º da DQC a respeito:

* *da transmissão da sentença e, se for caso disso, da decisão relativa à liberdade condicional, acompanhadas da certidão referida no n.º 1 do Artigo 6.º à autoridade competente responsável pelo seu reconhecimento e por tomar as medidas para a fiscalização das medidas de vigilância ou das sanções alternativas, nos termos do n.º 7 do artigo 6.º, quando não tiver competência nos termos da legislação nacional,*
* *da decisão definitiva de reconhecer a sentença e, se for caso disso, a decisão relativa à liberdade condicional e de assumir a responsabilidade pela fiscalização das medidas de vigilância ou das sanções alternativas,*
* *de qualquer decisão de não reconhecer a sentença e, se for caso disso, a decisão relativa à liberdade condicional, e de não assumir a responsabilidade pela fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, nos termos do Artigo 11.º, acompanhada da respetiva fundamentação,*
* *de qualquer decisão de adaptar as medidas de vigilâncias ou as sanções alternativas, nos termos do Artigo 9.º, acompanhada da respetiva fundamentação.*

Tal como mencionado no Artigo 15.º da DQC, quando e sempre que se considere apropriado, as autoridades competentes do Estado de emissão e do Estado de execução **podem consultar-se mutuamente** comvista a facilitar a aplicação harmoniosa e eficaz da Decisão-Quadro.

***Q5:*** Que desafios pode a autoridade competente emissora enfrentar ao solicitar a transferência da supervisão e como podem ser ultrapassados?

* ***Sem conhecimento do instrumento jurídico***

Embora a DQC 2008/947 esteja em vigor desde 6.12.2011, o instrumento jurídico ainda não é muito utilizado a nível europeu (na maioria das vezes é utilizado apenas a nível regional ou entre EM com uma tradição de cooperação com procedimentos de supervisão).

Uma das razões para tal é a *falta de conhecimento* dos profissionais da justiça e das pessoas condenadas (especialmente porque não têm um advogado nesta fase do julgamento – a execução da decisão).

Visto que em alguns países os centros de liberdade condicional estão separados dos tribunais competentes, na maioria das vezes os tribunais competentes para requerer a transferência da supervisão não têm conhecimento da situação após a execução de uma sentença, porque os centros de liberdade condicional só voltam aos tribunais quando existem problemas de interpretação da sentença ou se a pessoa condenada não cumprir as medidas de controlo ou as obrigações que lhe são impostas.

|  |
| --- |
| * Estas situações podem ser ultrapassadas se, *por exemplo,* após a sentença se ter tornado definitiva e executória, o tribunal que proferiu a sentença e os centros de liberdade condicional **informarem a pessoa condenada** (especialmente as que residem legal e habitualmente noutro Estado-Membro) **da possibilidade de solicitar a transferência do controlo** e das condições que têm de ser preenchidas para solicitar e ser-lhe concedida tal transferência. Além disso, as **informações** relevantes **disponíveis nos sítios Web dos tribunais e dos centros de liberdade condicional** poderiam ser úteis para a pessoa condenada. |

* ***Não conhecer o outro sistema judiciário no EM de execução***

As autoridades judiciárias competentes dos EM emissores são normalmente relutantes quando se trata de pedir a transferência da supervisão da sentença. O desconhecimento do outro sistema judiciário é um dos desafios para a autoridade emissora.

Se houver dúvidas sobre o outro sistema judiciário envolvido, a autoridade competente emissora tem muitas fontes para localizar a informação.

|  |
| --- |
| * Por exemplo, na [secção dedicada à DQC 2008/947](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/libcategories/EN/37/-1/-1/-1), o sítio Web da RJE fornece informações valiosas sobre o sistema judiciário de todos os EM (por exemplo, legislação nacional, notificações, declarações, relatórios, etc.). |

Além disso, deve ter-se em mente que todos os EM (exceto a Irlanda – com o processo de implementação em curso) implementaram a DQC, o que significa que as medidas de vigilância e as sanções alternativas previstas no n.º 1 do Artigo 4.º da DQC estão disponíveis e podem ser controladas em todos os EM (exceto quando um EM tiver notificado ou declarado que não se aplicará aquando da transferência da vigilância da pena). O n.º 2 do Artigo 4.º da DQC estipula que cada Estado-Membro notifica o Secretariado-Geral do Conselho, aquando da aplicação da presente decisão-quadro, das medidas de vigilância e sanções alternativas, *para além das referidas no n.º 1, que está disposto a controlar.*

* ***Não confiar no outro sistema judiciário***

Muitas vezes, as autoridades competentes emissoras têm outras dúvidas, tais como a falta de confiança no outro sistema judiciário, e não iniciam um pedido de transferência, especialmente porque não há nenhuma obrigação explicitamente prevista na DQC.

|  |
| --- |
| * As autoridades judiciárias competentes têm sempre de pensar nos objetivos da DQC que por vezes ultrapassam uma decisão subjetiva e que *facilitam a reabilitação social das pessoas condenadas, melhorando a proteção das vítimas e do público em geral, e facilitando a aplicação de medidas de vigilância adequadas e sanções alternativas*, no caso dos infratores que não vivem no Estado de condenação. * *O* preâmbulo 8 da DQC afirma que *o reconhecimento mútuo e a fiscalização de penas suspensas, condenações condicionais, sanções alternativas e de liberdade condicional têm por finalidade promover a reinserção social da pessoa condenada, dando-lhe a possibilidade de manter os seus laços familiares, linguísticos, culturais e outros; por outro lado, pretende-se igualmente melhorar o controlo do cumprimento das medidas de vigilância e das sanções alternativas, com o objetivo de prevenir a reincidência e atender, assim, ao princípio da proteção da vítima e do público em geral.* |

Além disso, as autoridades competentes emissoras devem ter presente que, para alcançar estes objetivos, alguns dos EM, *para além do Estado-Membro em que a pessoa condenada reside legal e habitualmente*, declararam que consentem a transmissão da fiscalização (n.º 2 do Artigo 5.º da DQC).

* ***Difícil estabelecer os critérios previstos no Artigo 5.º da DQC***

Normalmente, as informações sobre a residência legal e habitual da pessoa condenada estão à disposição da autoridade competente do EM emissor da peça processual, a fim de determinar onde se dirigir de acordo com o Artigo 6.º da DQC.

Ainda assim, por vezes, quando a pessoa condenada não é da nacionalidade do EM onde a transferência será solicitada, é difícil estabelecer se a pessoa condenada tem o direito de residência ou residência ao abrigo da lei do outro EM.

Por vezes, é difícil avaliar, por exemplo, quando a pessoa condenada não é da nacionalidade do EM de execução, que tem o direito de residência ou residência no EM de execução ao abrigo da legislação do outro EM, ou é um dos membros da família de um cidadão nacional ou uma pessoa que tem o direito de residência ou o direito de residência no EM de execução.

Na maioria das vezes, a pessoa condenada fornece informações adicionais a este respeito, devendo sempre provar, por exemplo, que realiza uma atividade lucrativa, estudos ou formação profissional no território do EM de execução.

|  |
| --- |
| * O Artigo 15.º da DQC pode aplicar-se perfeitamente nesta fase, uma vez que as autoridades competentes do Estado de emissão e do Estado de execução *podem consultar-se mutuamente* onde e sempre que tal for considerado adequado, com vista a facilitar a aplicação harmoniosa e eficaz da decisão-quadro (neste caso, recolhendo informações antes de solicitar a transferência da vigilância da pena suspensa). |

* ***Não saber para onde enviar a Certidão e a sentença***

Encontrar a autoridade competente no EM de execução não é uma tarefa difícil, especialmente porque o ***Atlas*** do sítio Web da RJE ajuda os profissionais da justiça a identificarem a autoridade de execução competente para os outros EM (como se viu no ponto 3 acima).

Além disso, se a autoridade competente do Estado de execução não for conhecida da autoridade competente do Estado de emissão, esta última procederá a todas as averiguações necessárias, *inclusive através dos pontos de contacto da Rede Judiciária Europeia criada pela Ação Comum 98/428/JAI do Conselho*, a fim de obter as informações do Estado de execução (n.º 6 do Artigo 6.º da DQC).

Sem esquecer que, quando a autoridade do Estado de execução que tenha recebido uma sentença e, se for caso disso, uma decisão relativa à liberdade condicional, acompanhadas da certidão, não for competente para as reconhecer e para assegurar a fiscalização da medida de vigilância ou da sanção alternativa, *transmite-as oficiosamente à autoridade competente e informa do facto sem demora a autoridade competente do Estado de emissão* por qualquer meio que permita conservar registo escrito (n.º 7 do Artigo 6.º da DQC).

* ***O processo está a demorar demasiado tempo***

Quando confrontados com uma situação de possível transferência de supervisão para outro Estado-Membro, os responsáveis pela supervisão ou as autoridades nacionais competentes julgam frequentemente que o procedimento levará demasiado tempo e será demasiado complicado. Se pensarem que a autoridade nacional competente emissora não concordará com o pedido de transferência ou que a autoridade competente de execução recusará a transferência do procedimento, então a situação ainda se complica mais.

Os documentos devem ser preenchidos pelos agentes de liberdade condicional que se devem dirigir à autoridade competente do EM emissor. É por isso que temos agora situações em que pessoas que residem ou trabalham noutro EM são supervisionadas, por exemplo, a cada 6 meses no EM em que a pessoa foi condenada. Este tipo de supervisão está fora dos objetivos mencionados na DQC.

|  |
| --- |
| * Os responsáveis pela supervisão devem estar conscientes dos objetivos da DQC e ter sempre em mente os benefícios, especialmente para a pessoa condenada, se a supervisão for transferida para outro EM. Devem também julgar que é muito mais fácil supervisionar uma pessoa condenada no país onde reside ou estuda de forma legal e habitual, etc. Os motivos de recusa da transferência da supervisão são limitados e expressamente previstos na DQC, o que limita a possibilidade de uma decisão discricionária a este respeito por parte das autoridades competentes de execução. |

***Q6:*** Que desafios pode a autoridade competente de execução enfrentar durante o processo de reconhecimento e como podem ser ultrapassados?

* ***Problemas relativos à certidão recebida (informação incompleta, informação confusa, caixas não assinaladas corretamente ou não assinaladas de todo quando eram obrigatórias, etc.)***

Por vezes, a Certidão não é preenchida corretamente pela autoridade emissora, faltam informações, está confusa, ou manifestamente não corresponde ao julgamento ou à decisão relativa à liberdade condicional.

Estas situações são fornecidas como motivo de recusa do reconhecimento e supervisão nos termos a alínea a), n.º 1, do Artigo 11.º da DQC, pela autoridade competente do EM de execução.

|  |
| --- |
| * Antes de decidir recusar o reconhecimento e a supervisão, a autoridade competente de execução **deve entrar em contacto** com a autoridade emissora nos termos do Artigo 15.º da DQC e solicitar que a Certidão seja preenchida ou corrigida ou que sejam fornecidas informações adicionais num prazo razoável pela autoridade emissora. * Apenas se neste período razoável a Certidão não for preenchida ou corrigida ou não forem fornecidas informações adicionais, então o EM de execução pode recusar o reconhecimento e supervisão (o motivo mencionado na alínea a), n.º 1, do Artigo 11.º da DQC). |

* ***Problemas na compreensão ou aplicação da sentença proferida nos outros EM***

Por vezes, a autoridade competente de execução pode ter dificuldade em compreender ou aplicar a sentença proferida nos outros EM.

|  |
| --- |
| * Para isso é importante entrar em contacto e consultar a autoridade competente emissora, nos termos do Artigo 15.º da DQC |

* ***Problemas no cumprimento dos prazos***

Nos termos do Artigo 12.º da DQC, a autoridade competente do Estado de execução deve decidir o mais rapidamente possível, e **no prazo de 60 dias** após a receção da sentença e, se for caso disso, da decisão relativa à liberdade condicional, acompanhadas da certidão referida no n.º 1 do Artigo 6.º, se reconhece ou não a sentença e, se for caso disso, a decisão relativa à liberdade condicional e se assume a responsabilidade pela fiscalização das medidas de vigilância ou das sanções alternativas.

Quando a autoridade competente do Estado de execução não puder cumprir os prazos estabelecidos, deve informar do facto, imediatamente e por qualquer meio à sua escolha, a autoridade competente do Estado de emissão, indicando os motivos do atraso e o prazo que considera necessário para tomar uma decisão definitiva

|  |
| --- |
| * As razões para o não cumprimento dos prazos previstos no Artigo 12.º da DQC devem ser circunstâncias excecionais e devem limitar-se apenas a situações objetivas(*por exemplo, são necessárias informações adicionais dos EM emissores ou de outras autoridades competentes envolvidas no processo de reconhecimento*). |

* ***Problemas de adaptação das medidas de vigilância ou sanções alternativas***

Talvez o maior desafio para a autoridade competente do Estado de execução seja a adaptação das medidas de vigilância ou sanções alternativas, porque os dois sistemas judiciários envolvidos nem sempre são os mesmos.

Podem surgir problemas relacionados *com a natureza, com a duração das medidas de vigilância ou sanções alternativas ou com o período de vigilância*.

**-** Quando **a duração da medida de vigilância, da sanção alternativa ou da liberdade condicional exceder a duração máxima prevista pela legislação do Estado de execução**, a duração pode ser adaptada e a duração da medida de vigilância, da sanção alternativa ou do período de vigilância adaptada *não pode ser inferior à duração máxima prevista para infrações equivalentes nos termos da legislação do Estado de execução*. Além disso, a medida de vigilância, sanção alternativa ou período de vigilância resultantes da adaptação *não serão mais severos nem mais longos que a medida de vigilância, sanção alternativa ou período de vigilância inicialmente impostos.*

|  |
| --- |
| * *Por exemplo*, neste caso, a sanção imposta foi suspensa durante 4 anos e se ao abrigo da lei alemã o máximo é de 3 anos de suspensão, então o período de suspensão será reduzido para 3 anos, de acordo com a lei do Estado de execução. Se na Alemanha, *por exemplo,* o máximo no mesmo caso for de 5 anos, a autoridade de execução deixará 4 anos como imposto na Roménia e não aumentará a duração para 5 anos porque neste caso será mais longo do que o período inicial e agravará a situação da pessoa condenada. * Também, *por exemplo,* se tiver sido imposta uma obrigação de serviço comunitário à pessoa condenada por um período de 1 ano, a autoridade competente de execução pode reduzir este período se a legislação nacional previr um período máximo de 6 meses mas não pode impor a obrigação por um período de 2 anos de acordo com a legislação nacional, porque neste caso será mais longo do que o período inicial e agravará a situação da pessoa condenada. |

- Se a **natureza da medida de vigilância ou da sanção alternativa for incompatível com a legislação do Estado de execução, a autoridade competente desse Estado** pode adaptá-las em função da natureza e da duração das medidas de vigilância e das sanções alternativas, ou da duração do período de vigilância, que se aplicam, nos termos da legislação do Estado de execução, a infrações equivalentes. A medida de vigilância adaptada, a sanção alternativa ou a duração do período de vigilância devem corresponder, tanto quanto possível, à imposta no Estado de emissão (n.º 1 do Artigo 8.º da DQC).

|  |
| --- |
| * *Por exemplo*, no Estado de execução, *a obrigação de prestar serviço comunitário* não é prestada como uma obrigação numa pena suspensa, sendo ela própria uma sanção ao abrigo da legislação nacional. Neste caso, o Estado de execução também assumirá a supervisão desta obrigação, embora não prevista na legislação nacional, como na legislação do Estado de emissão. Evidentemente, a duração pode ser adaptada ao máximo previsto na legislação nacional, tal como mencionado no exemplo acima. |

Antes de proceder a qualquer adaptação, **a autoridade competente de execução comunica-o à autoridade competente emissora** que pode decidir retirar a certidão referida no n.º 1 do Artigo 6.º, desde que a fiscalização no Estado de execução ainda não tenha sido iniciada. Nesses casos, a decisão será tomada e comunicada o mais rapidamente possível e no prazo de dez dias após a receção da informação.

***Problemas relacionados com as despesas (especialmente relacionadas com o tratamento terapêutico)***

O Artigo 22.º da DQC prevê que as despesas decorrentes da aplicação da presente decisão-quadro devem ser suportadas pelo Estado de execução, com exceção das despesas incorridas exclusivamente no território do Estado de emissão.

Nesta situação, quando foi imposta *uma obrigação de submeter-se a tratamento terapêutico ou a tratamento por dependência*, pode surgir o problema das despesas potenciais para a autoridade competente de execução, especialmente em tratamentos com custos bastante elevados.

|  |
| --- |
| * Esta pode ser uma questão sensível para o Estado de execução, mas tendo em conta a implementação da DQC e os objetivos nela previstos, tal como já mencionado anteriormente, a transferência da supervisão não deve ser posta em relação direta com as despesas potenciais que podem surgir e a decisão de reconhecer e executar não deve ser tomada a pensar nesta questão. |

***Q7:*** Quais são os benefícios, neste caso, se a transferência da supervisão for concedida pelas autoridades alemãs competentes?

* ***Melhor perspetiva para a reabilitação social nos EM de execução***

A DQC prevê que *o reconhecimento mútuo e a fiscalização de penas suspensas, condenações condicionais, sanções alternativas e de liberdade condicional têm por finalidade promover a reinserção social da pessoa condenada, dando-lhe a possibilidade de manter os seus laços familiares, linguísticos, culturais e outros; por outro lado, pretende-se igualmente melhorar o controlo do cumprimento das medidas de vigilância e das sanções alternativas.*

* ***Melhores hipóteses de não reincidência para a pessoa condenada***

Ao preservar os laços familiares, linguísticos, culturais e outros laços com o seu país de origem, a pessoa condenada tem mais hipóteses de não reincidir durante o período de vigilância.

Está provado que ao preservar tais laços a pessoa condenada tem mais hipóteses de não reincidir e de se reintegrar na sociedade.

* ***Muito mais fácil de supervisionar a pessoa condenada no EM de execução***

Ao transferir a supervisão para os EM de execução, o controlo do cumprimento das medidas de vigilância e das sanções alternativas é melhorado. A pessoa condenada tem aí residência legal e habitual, pelo que estará disposta a cooperar a fim de terminar o período de supervisão.

* ***Melhorar a proteção das vítimas e do público em geral***

Um dos objetivos da DQC é melhorar a proteção das vítimas e do público em geral. Na maioria dos casos, a transferência da supervisão para outro EM significa que a pessoa condenada estará longe da sua vítima, que permanece no EM emissor.

Podem surgir problemas quando a vítima vive no EM de execução, mas mesmo nestes casos, nos crimes graves ou nas obrigações relacionadas com a criminalidade de base do género de não se aproximar das vítimas são fornecidos na sentença inicial e podem ser muito mais facilmente verificados pelas autoridades competentes no EM de execução.

Além disso, a proteção do público em geral é melhorada porque a pessoa condenada terá laços suficientes com os EM executantes que o ajudarão a reabilitar-se e a reintegrar-se melhor na sociedade.

* ***Assegurar que a pessoa condenada compensará financeiramente o prejuízo causado pela infração***

Se a pessoa condenada tiver um emprego ou for provável que o tenha no EM de execução, então terá os meios para compensar financeiramente o prejuízo causado pela infração, tal como exigido na sentença (por exemplo, compensar a vítima ou pagar uma quantia à caridade ou a outras entidades mencionadas na sentença).

Além disso, as autoridades competentes dos EM de execução têm acesso e podem verificar os meios da pessoa condenada e podem assegurar que a pessoa condenada compensa financeiramente o prejuízo causado pela infração, tal como previsto na sentença (por exemplo, *apreender o montante necessário para compensar a causa do prejuízo causado pela infração ou reter uma taxa mensal para cobrir os danos causados*).

* ***Reforçar a confiança mútua e a cooperação entre EM para casos futuros***

A cooperação entre EM nos casos abrangidos pela DQC reforçará a confiança mútua para casos futuros. Os casos bem sucedidos encorajarão ainda mais EM a cooperarem no sentido de melhor atingirem os objetivos previstos no Artigo 1.º da DQC, que *facilitam a reabilitação social das pessoas condenadas, melhorando a proteção das vítimas e do público em geral, e facilitando a aplicação de medidas de vigilância e sanções alternativas adequadas*, no caso dos infratores que não vivam no Estado de condenação

**A. II. Exercícios:**

**Encontre as seguintes autoridades competentes de execução e as línguas a utilizar na Certidão (processos penais gerais) – ver ainda o Anexo 2:**

A fim de encontrar as autoridades competentes, utilizaremos o ***Atlas*** disponível no sítio Web da RJE – [www.ejn-crimjust.europa.eu](http://www.ejn-crimjust.europa.eu) selecionar os EM de execução como países de execução e 904. *Probation measures**(medidas de vigilância).*

Relativamente às línguas para a Certidão, utilizaremos a secção – [Medidas de Controlo – Notificações para cada um dos EM](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/libcategories/EN/37/-1/-1/-1). Se nada for notificado em relação ao Artigo 21.º da DQC, então será(ão) utilizada(s) a(s) língua(s) oficial(ais) do EM.

Os resultados devem ser os seguintes:

*1. Uma autoridade competente alemã quer transferir a supervisão da pessoa condenada A.N. que reside legal e habitualmente em Bruxelas, Bélgica.*

|  |
| --- |
| **Nome:**  Parket van de procureur des Konings te Brussel (Bureau CIS)- Parquet du procureur du Roi de Bruxelles (Bureau CIS)  **Morada:** Portalis, Rue des Quatre bras, 4  **Departamento (Divisão):**  **Cidade:**  Bruxelas  **Código postal:**  1000  **Número de telefone:** +32 (0)2 508 70 80  **Telemóvel:**  **Número de fax:** +32 (0)2 519 82 96  **Endereço de Correio Eletrónico:** [cis.bxl@just.fgov.be](mailto:cis.bxl@just.fgov.be)  De acordo com o Artigo 21.º da DQC, as línguas aceites pelas autoridades belgas são: **holandês, francês, alemão e inglês**. |

*2. Uma autoridade competente francesa quer transferir a supervisão da pessoa condenada B.C. que reside legal e habitualmente em Vigo, Espanha.*

|  |
| --- |
| **Nome:** Servicio Común de Registro, (para el reparto entre los Juzgados Centrales de lo Penal)  **Morada:** Goya 14  **Departamento (Divisão):**  **Cidade:**  Madrid  **Código postal:** 28071  **Número de telefone:** (+34) 91.400.62.13/26/25  **Telemóvel:**  **Número de fax:** (+34) 91.400.72.34/35  **Endereço de Correio Eletrónico:** [audiencianacional.scrrda@justicia.es](mailto:audiencianacional.scrrda@justicia.es)  De acordo com o Artigo 21.º da DQC, a língua aceite pelas autoridades espanholas é o **espanhol**. |

*3. Uma autoridade competente espanhola quer transferir a supervisão da pessoa condenada M.M. que reside legalmente e habitualmente em Viena, Áustria.*

|  |
| --- |
| **Nome:** Staatsanwaltschaft Vienna  **Morada:** Landesgerichtsstraße 11  **Departamento (Divisão):**  **Cidade:** Viena  **Código postal:** 1082  **Número de telefone:** +43 1 40127 0  **Telemóvel:**  **Número de fax:** +43 1 40127 306950  **Correio Eletrónico:**  Nos termos do Artigo 21.º da DQC, deve ser anexada à certidão uma tradução para alemão. As certidões **noutras línguas são aceites** com base na reciprocidade, ou seja, na condição de que o Estado emissor também aceite certidões em **alemão** como Estado de execução. |

**A. III. Cenário de Caso 2:**

***Q1:*** Qual é a lei aplicável durante o período de supervisão?

Logo que a autoridade competente do Estado de execução tenha reconhecido a sentença e, se for caso disso, a decisão relativa à liberdade condicional que lhe foi transmitida e tenha informado a autoridade competente do Estado de emissão desse reconhecimento, *o Estado de emissão* **deixa de ter competência em relação à fiscalização das medidas de vigilância ou sanções alternativas impostas, nem para tomar as medidas subsequentes a que se refere o n.º 1 do Artigo 14**.º.

Nos termos do Artigo 13.º da DQC, a fiscalização e a aplicação de medidas de vigilância e sanções alternativas **serão regidas pela lei do Estado de execução** (lei alemã neste caso).

***Q2:*** Como irão as autoridades alemãs proceder relativamente à violação de uma das obrigações impostas à pessoa condenada?

A DQC prevê no Artigo 14.º que a jurisdição é a de tomar todas as decisões subsequentes e a lei aplicável em caso de incumprimento de uma medida de vigilância ou sanção alternativa ou se a pessoa condenada cometer uma nova infração penal.

O **n.º 3 do Artigo 14.º corroborado pelo n.º 1** prevê que cada Estado-Membro pode, no momento da adoção da presente decisão-quadro ou numa fase posterior, declarar que, enquanto **Estado de execução, recusará assumir a responsabilidade** *pela revogação da suspensão da execução da sentença ou pela revogação da liberdade condicional* ou imposição de uma pena ou medida privativa de liberdade em caso de sanção alternativa ou de pena condicional em casos ou categorias de casos a especificar por esse Estado-Membro (especialmente nos casos relativos a uma sanção alternativa), quando a sentença não contenha uma pena ou medida privativa de liberdade a ser executada em caso de incumprimento das obrigações ou instruções em causa; nos casos relativos a uma pena condicional ou nos casos em que a sentença diga respeito a atos que não constituam uma infração nos termos da lei do Estado de execução, quaisquer que sejam os seus elementos constitutivos ou qualquer que seja a sua descrição).

Porque neste caso a pessoa condenada violou uma das suas obrigações, está em causa a revogação da suspensão da execução da sentença.

As autoridades alemãs **têm de verificar como a Alemanha implementou o n.º 3 do Artigo 14.º da DQC**, respetivamente, se as autoridades alemãs assumiram a responsabilidade pela revogação subsequente, como neste caso.

|  |
| --- |
| * No sítio Web da RJE encontram-se [todas as informações relativas às notificações feitas a cada um dos EM](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/libdocumentproperties/EN/1747) em relação a algumas das disposições da DQC, incluindo o n.º 3 do Artigo 14.º. |

No que diz respeito ao n.º 3 do Artigo 14.º, constata-se que:

*A República Federal da Alemanha* ***recusa-se a assumir a responsabilidade pelas decisões subsequentes previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do Artigo 14.º*** *da Decisão-Quadro nos* ***casos mencionados nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do Artigo 14.º*** *da Decisão-Quadro.*

Neste caso, sendo uma pena suspensa, os casos do n.º 3, alíneas a) e b), do Artigo 14.º não são aplicáveis, pelo que a única coisa que precisa de ser verificada é o caso do n.º 3, alínea c), do Artigo 14.º, respetivamente, se a sentença suspensa disser respeito a atos que não constituam uma infração nos termos da lei alemã, quaisquer que sejam os seus elementos constitutivos ou qualquer que seja a sua descrição.

- *Se se tratar de uma infração de direito alemão*, as autoridades alemãs competentes podem, de acordo com as disposições nacionais aplicáveis neste tipo de situações, revogar a suspensão da execução da decisão e impor uma sanção (normalmente uma pena privativa de liberdade).

Nos casos em que tenha competência para tomar decisões subsequentes, a autoridade competente do Estado de execução deve informar sem demora a autoridade competente do Estado de emissão, por qualquer meio que deixe registo escrito, da decisão sobre a revogação da suspensão da execução da sentença (n.º 1 do Artigo 16.º da DQC).

- *Se não se tratar de uma infração nos termos do direito alemão*, as autoridades alemãs competentes procederão em conformidade com o **n.º 4 do Artigo 14.º da DQC**, que estabelece que quando um Estado-Membro utiliza qualquer das possibilidades referidas no n.º 3, a autoridade competente do Estado de execução *transferirá de novo a competência para a autoridade competente do Estado de emissão em caso de incumprimento de uma medida de vigilância ou sanção alternativa* se a autoridade competente do Estado de execução considerar que é necessário tomar uma decisão subsequente, tal como referido nas alíneas b) ou c) do n.º 1.

Ao utilizar a redação – se a autoridade competente do Estado de execução *for da opinião*... – a disposição acima referida deixa a decisão de pedir a transferência de volta para a jurisdição do EM emissor nas mãos da autoridade competente do Estado de execução. Isto significa que a autoridade competente de execução terá de avaliar a violação de acordo com a legislação nacional (o mesmo que num caso nacional).

Se a autoridade competente do Estado de emissão tiver competência para as decisões subsequentes mencionadas no n.º 1 do Artigo 14.º, nos termos da aplicação do n.º 3 do Artigo 14.º, a autoridade competente do Estado de execução notificá-la-á imediatamente de qualquer constatação suscetível de implicar a revogação da suspensão da execução da sentença**, utilizando o formulário constante do Anexo II da DQC** (n.º 1 do Artigo 17.º da DQC).

|  |
| --- |
| * Se, nos termos da legislação nacional do Estado de emissão, a pessoa condenada **tiver de ser ouvida antes de ser tomada uma decisão sobre a imposição de uma pena**, esta exigência pode ser satisfeita seguindo *mutatis mutandis* o procedimento contido nos instrumentos de direito internacional ou da União Europeia que preveem a possibilidade de utilizar ligações vídeo para a audição de pessoas (n.º 4 do Artigo 17.º da DQC). * Neste caso, as autoridades romenas podem ouvir a pessoa condenada por videoconferência, utilizando uma Decisão Europeia de Investigação (DEI), uma vez que ambos os EM transpuserama Diretiva 2014/41/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 3 de Abril de 2014 relativa à decisão europeia de investigação em matéria penal. |

***Q3:*** O que acontecerá se a pessoa condenada for confrontada com um novo processo penal no EM emissor?

O n.º 2 do Artigo 20.º da DQC prevê que**, se estiver em curso no Estado de emissão um novo processo penal contra a pessoa em causa**, a autoridade competente do Estado de emissão *pode solicitar* à autoridade competente do Estado de execução que transfira a jurisdição em matéria de fiscalização das medidas de vigilância ou sanções alternativas e em relação a todas as outras decisões relacionadas com a sentença de regresso à autoridade competente do Estado de emissão. Nesse caso, a autoridade competente do Estado de execução *pode transferir* de novo a jurisdição para a autoridade competente do Estado de emissão.

Como se pode ver, a transferência de volta da supervisão *não é obrigatória* (nem o pedido do EM emissor nem a aceitação da transferência de volta da jurisdição do EM de execução em tal caso).

|  |
| --- |
| * *Por exemplo,* é possível imaginar um processo penal em que as autoridades judiciárias competentes do EM emissor podem prosseguir com o processo penal no EM emissor (*cumprindo todos os direitos da pessoa condenada durante a investigação penal e durante o julgamento, se for o caso*) e no final impor uma multa ou uma condenação condicional, o que não implica a revogação da anterior pena suspensa e não afeta a fiscalização no EM executor da anterior pena transferida. * Evidentemente, o EM emissor *não pode revogar a pena suspensa transferida* no EM enquanto não tiver solicitado a transferência, ou a transferência não tiver sido concedida pelas autoridades competentes do EM de execução. * Caso *se imponha uma pena privativa de liberdade sem se tomar uma decisão sobre a pena suspensa transferida,* existe um problema de incompatibilidade entre a pena privativa de liberdade e a pena suspensa em termos de execução de ambas ao mesmo tempo. |

***Q4:*** O que acontecerá na eventualidade de se ausentar ou de já não ter residência legal e habitual no Estado de execução?

O n.º 1 do Artigo 20.º da DQC prevê que **se a pessoa condenada fugir ou deixar de ter residência legal e habitual no Estado de execução**, a autoridade competente do Estado de execução *pode transferir* para a autoridade competente do Estado de emissão a jurisdição em matéria de fiscalização das medidas de vigilância ou sanções alternativas e em relação a todas as outras decisões relativas à sentença.

|  |
| --- |
| Por exemplo, *se a pessoa supervisionada fugir*, pode haver uma situação de incumprimento de uma das obrigações impostas na sentença supervisionada. Esta situação pode implicar a revogação da pena suspensa, em conformidade com a alínea b), n.º 1, do Artigo 14.º da DQC e com as disposições nacionais.  A possibilidade de revogar a pena suspensa é concedida à autoridade competente do EM de execução apenas nos casos em que as autoridades alemãs tenham assumido a responsabilidade pela revogação da pena suspensa, tal como previsto no n.º 3 do Artigo 14.º da DQC.  Se, por exemplo, as autoridades nacionais alemãs não tiverem assumido a responsabilidade pela revogação da pena suspensa, *podem transferir* para as autoridades competentes do EM emissor a transferência de volta da supervisão.  A DQC para aqui e não prevê qualquer outro procedimento a ser seguido pelas duas autoridades competentes envolvidas. Continua por regulamentar a nível nacional e mesmo a recusa de transferência de volta a supervisão do EM emissor não pode ser excluída nesta situação.  O n.º 3 do Artigo 20.º apenas prevê que quando, em aplicação do Artigo 20.º, a jurisdição for transferida de novo para o Estado de emissão, a autoridade competente desse Estado retoma a jurisdição. Para a fiscalização posterior das medidas de vigilância ou sanções alternativas, a autoridade competente do Estado de emissão deve ter em conta a duração e o grau de cumprimento das medidas de vigilância ou sanções alternativas no Estado de execução, bem como quaisquer decisões tomadas pelo Estado de execução, nos termos do n.º 1 do Artigo 16.º. |

|  |
| --- |
| Se a pessoa condenada *já não tiver residência legal e habitual no Estado de execução*, para o EM de execução a situação torna-se a mesma que a aplicável ao EM emissor.  A DQC prevê no Artigo 20.º a possibilidade de transferir a jurisdição em relação à supervisão das medidas de vigilância ou sanções alternativas e em relação a todas as outras decisões relacionadas com a sentença *de volta* à autoridade competente do Estado de emissão. Mais uma vez, a DQC não prevê qualquer outro procedimento a ser seguido pelas duas autoridades competentes envolvidas.  Se a transferência de volta para o EM emissor for concedida e a pessoa condenada tiver uma residência legal e habitual noutro EM, será novamente aplicável o n.º 1 do Artigo 5.º da DQC. |

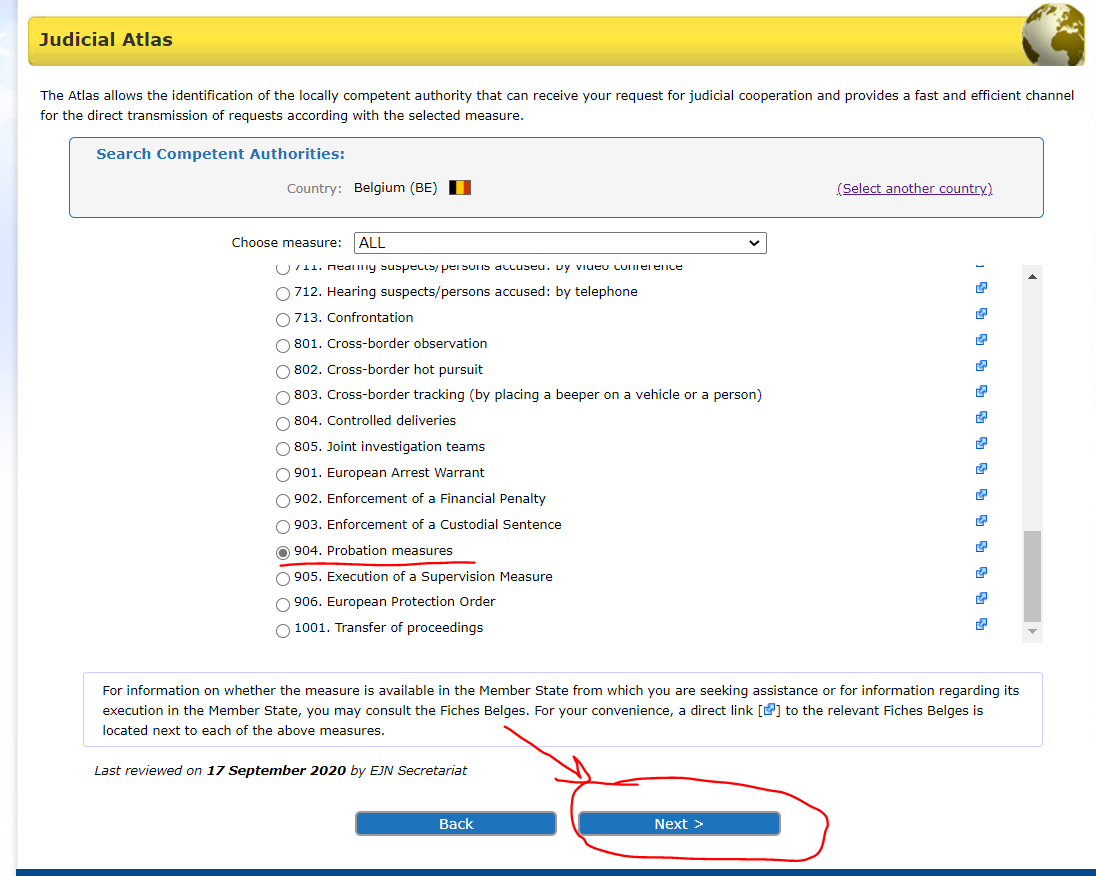
****Anexo. Soluções passo a passo****

* **Uma autoridade competente alemã quer transferir a supervisão da pessoa condenada A.N. que reside legal e habitualmente em Bruxelas, Bélgica.**

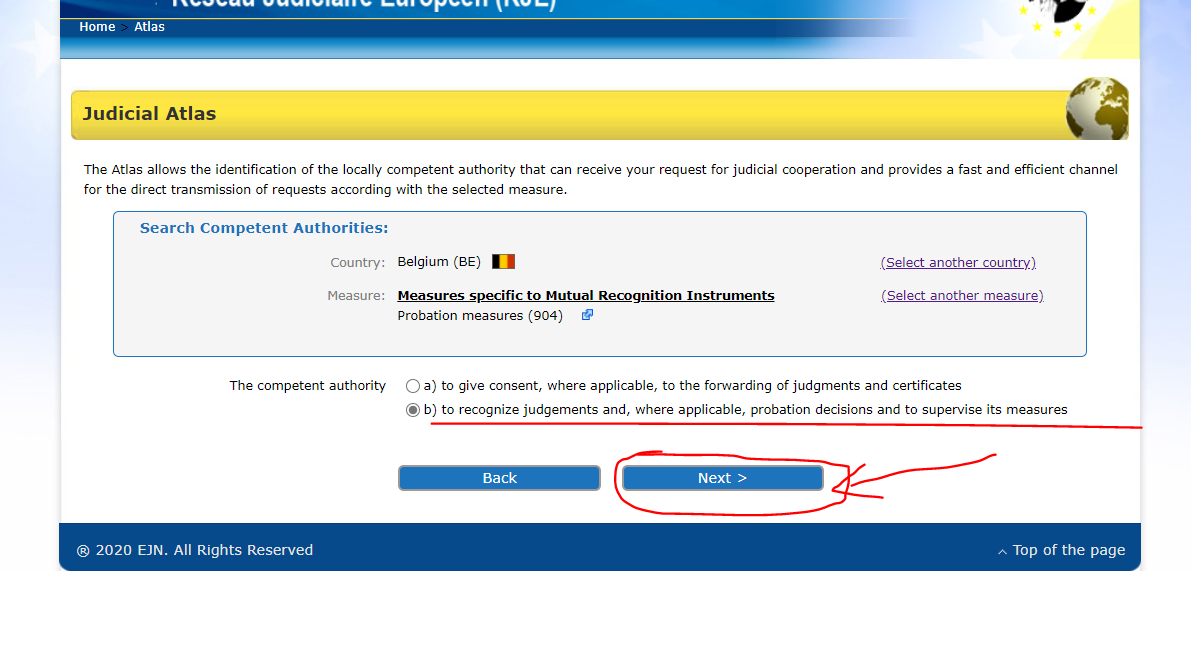
1. Para identificar a autoridade competente, seleciona-se a **Bélgica** como o país selecionado (BE). De seguida, seleciona-se a secção **Atlas**, como ilustrado abaixo.



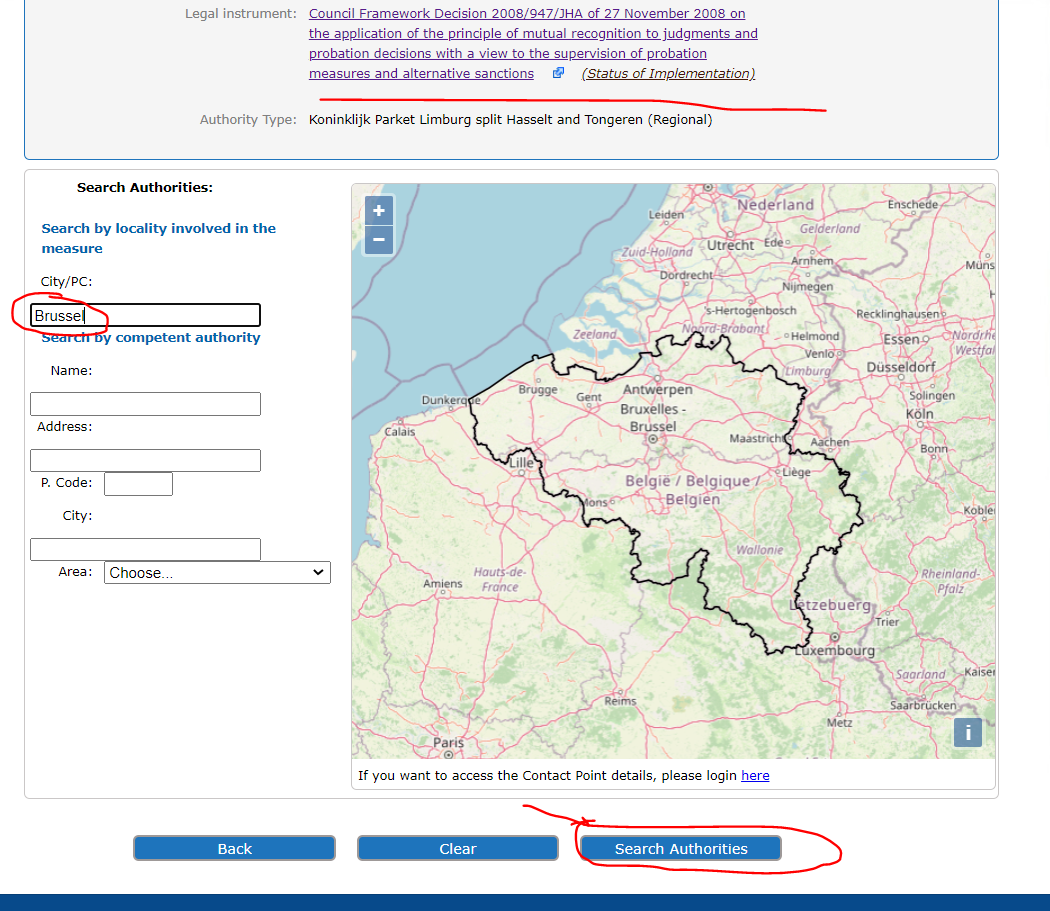
2. Seleciona-se a medida **904. Probation measures** (*medidas de vigilância*). De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



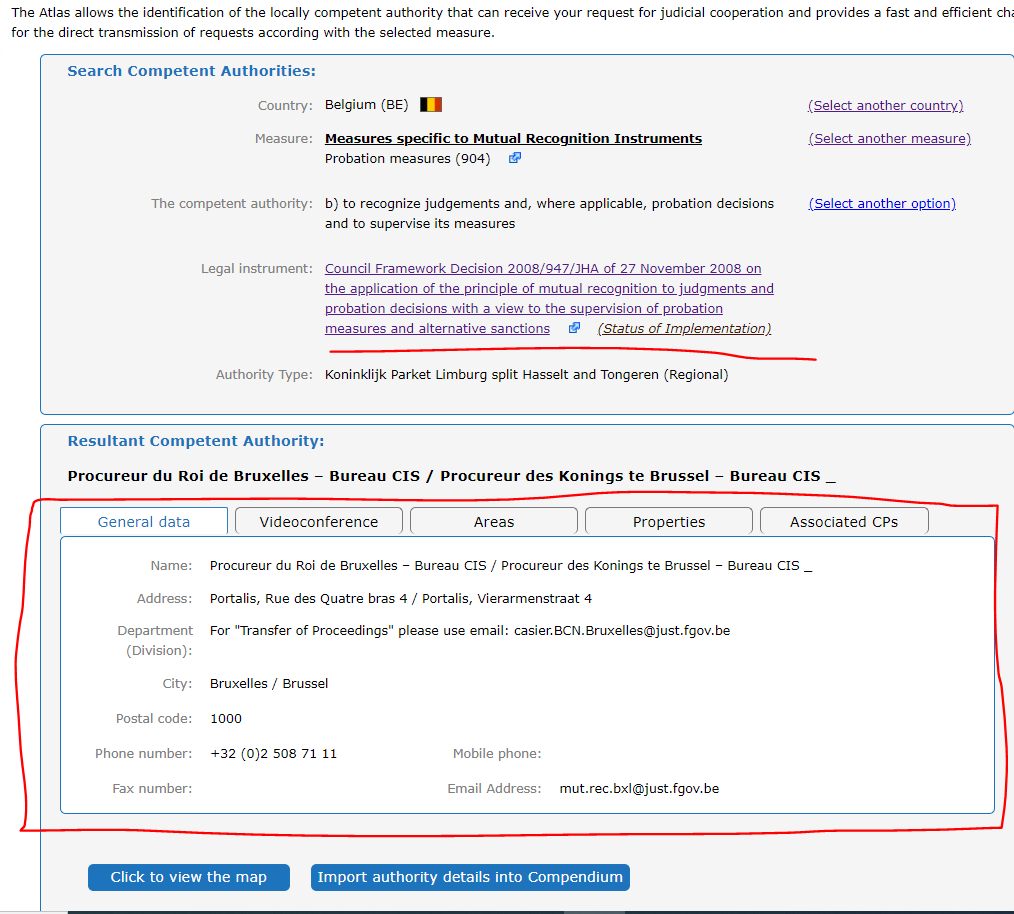
3. Nesta fase, é necessário selecionar caso se trata de dar o consentimento nos termos do n.º 2 do Artigo 5.º da DQC (transmitir a sentença e, quando aplicável, a decisão relativa à liberdade condicional, a uma autoridade competente de um Estado-Membro que **não aquele em que a pessoa condenada reside legal e habitualmente, desde que esta última autoridade tenha consentido nesse envio**) ou caso se trata de um pedido de reconhecimento e supervisão de medidas nos termos do n.º 1 do Artigo 5.º da DQC (**a pessoa condenada reside legal e habitualmente nesse EM**). Neste caso, trata-se da segunda opção. De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



4. Introduz-se **Brussels** (*Bruxelas*). De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



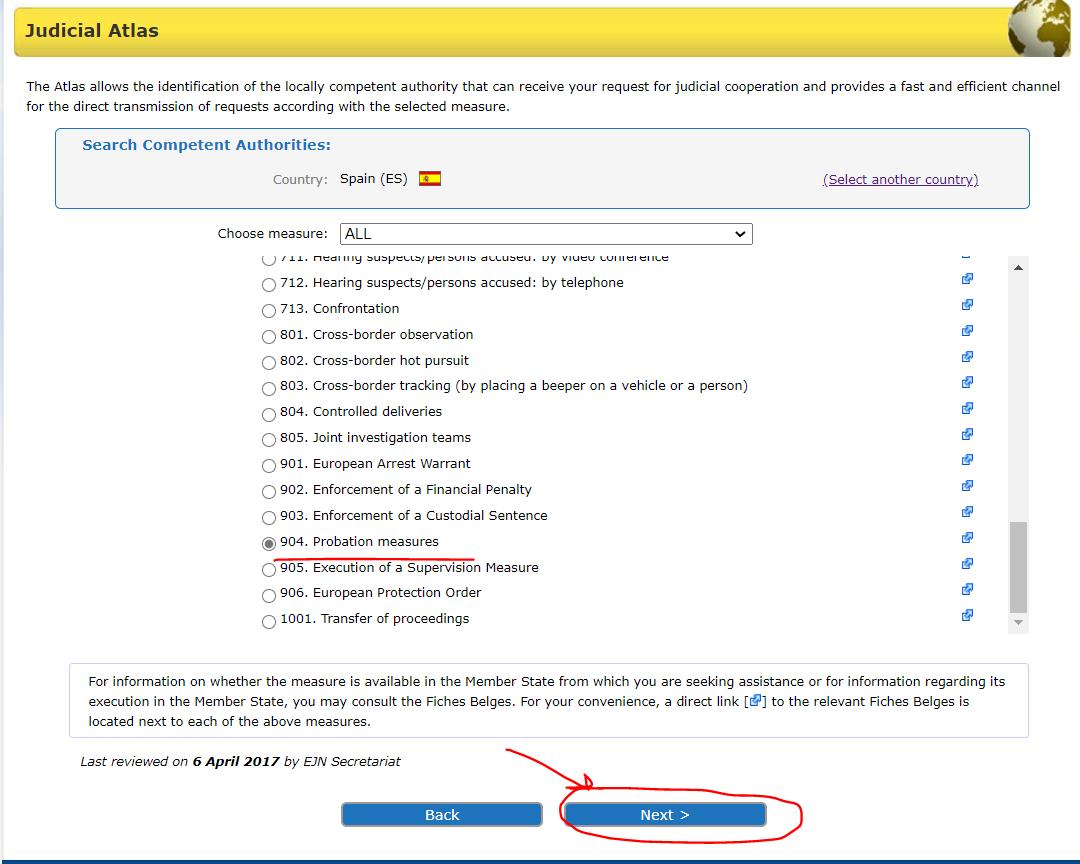
5. No final, é apresentado o resultado da pesquisa, como ilustrado abaixo.



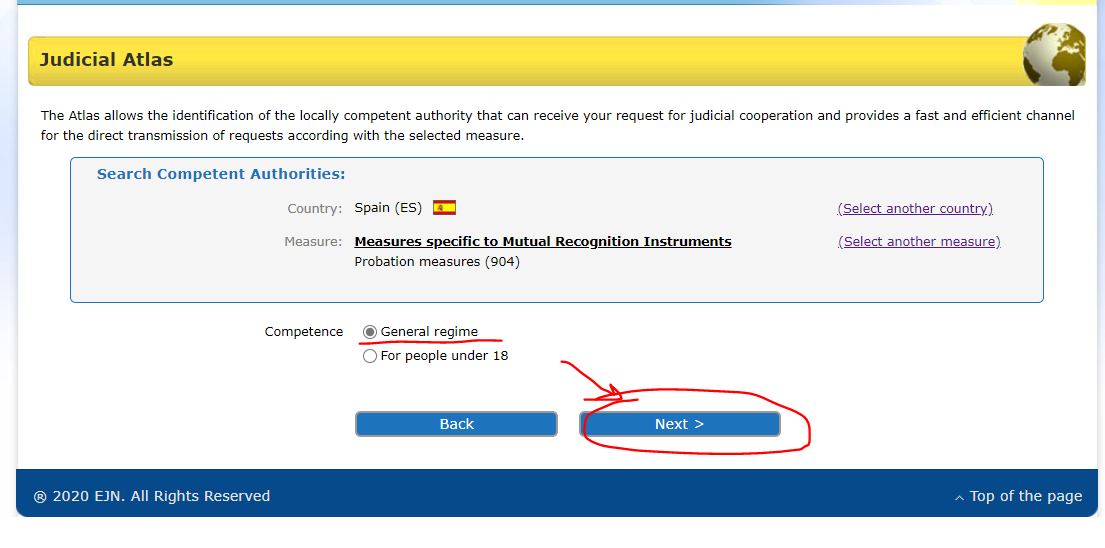
* **Uma autoridade competente francesa quer transferir a supervisão da pessoa condenada B.C. que reside legal e habitualmente em Vigo, Espanha.**

1. Para identificar a autoridade competente, seleciona-se a **Espanha** como o país selecionado (ES). De seguida, seleciona-se a secção **Atlas**, como ilustrado abaixo.

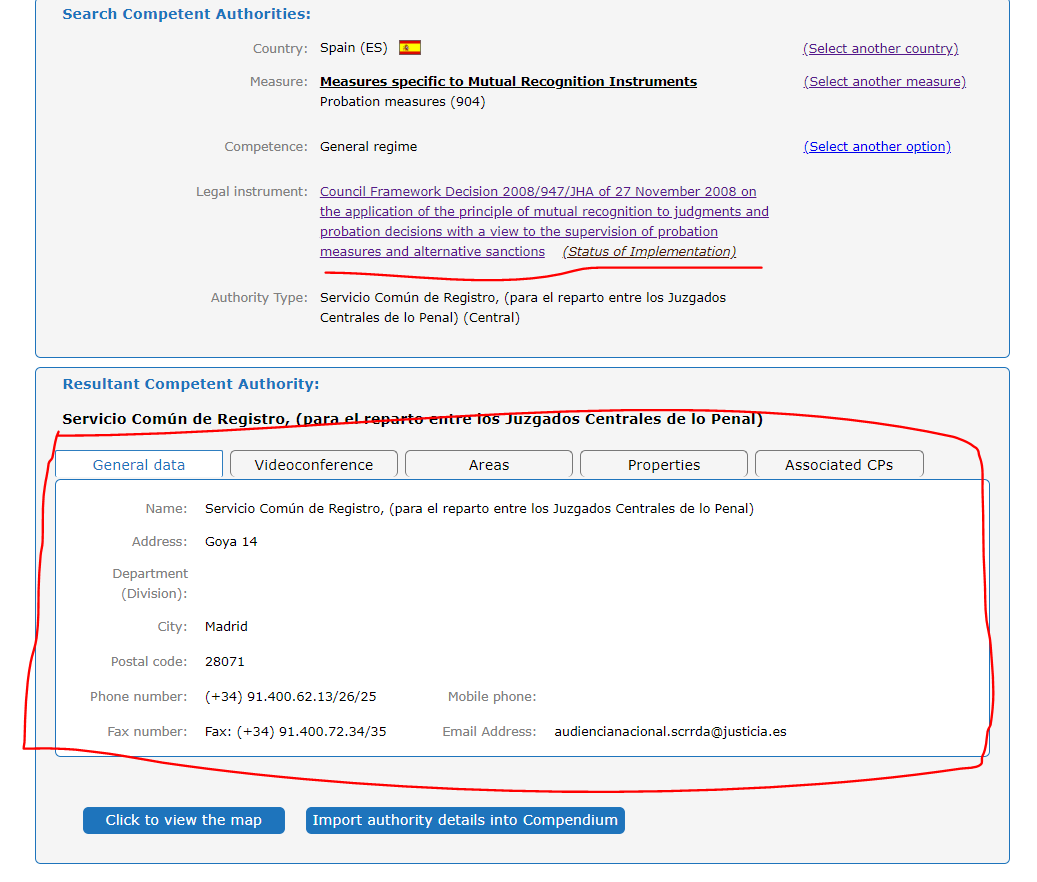


2. Seleciona-se a medida **904. Probation measures** (*medidas de vigilância*). De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.

3. Aqui, é necessário selecionar uma de duas opções. Seleciona-se **General regime** (*Regime Geral*),tal como mencionado nos requisitos do exercício. De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



4. No final, é apresentado o resultado da pesquisa, como ilustrado abaixo.

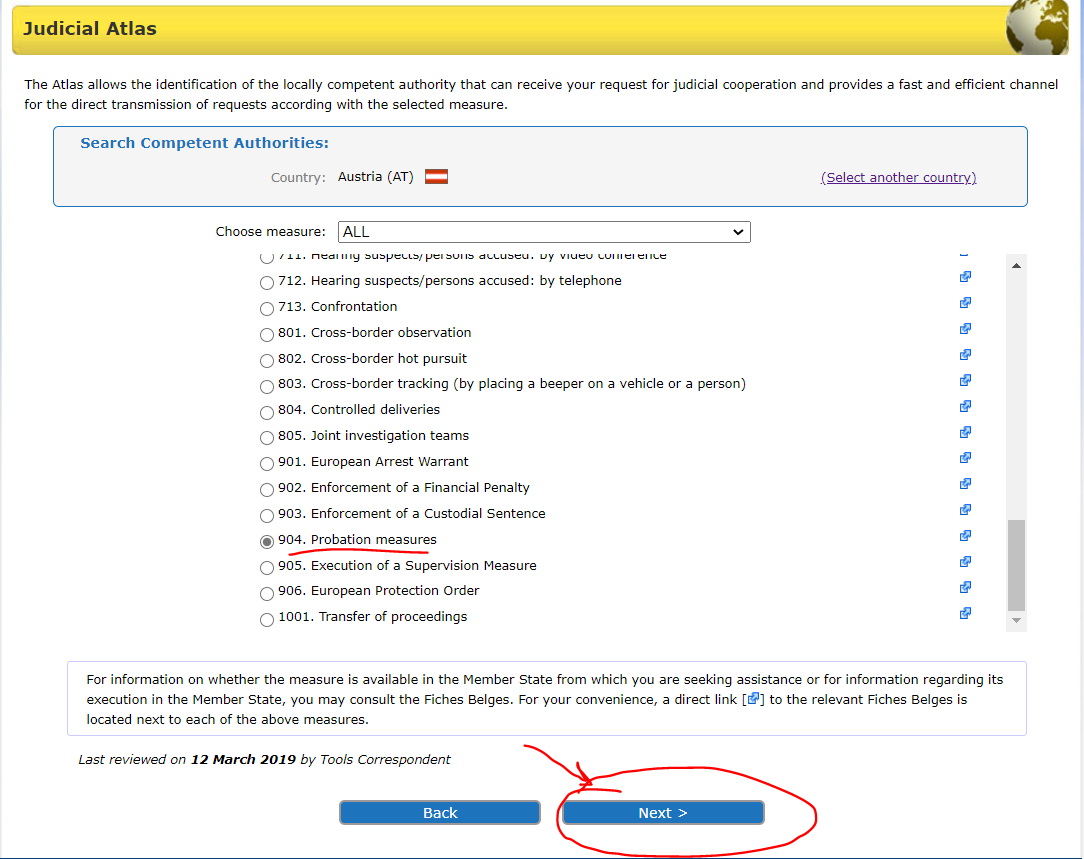


* **Uma autoridade competente espanhola quer transferir a supervisão da pessoa condenada M.M. que reside legalmente e habitualmente em Viena, Áustria.**

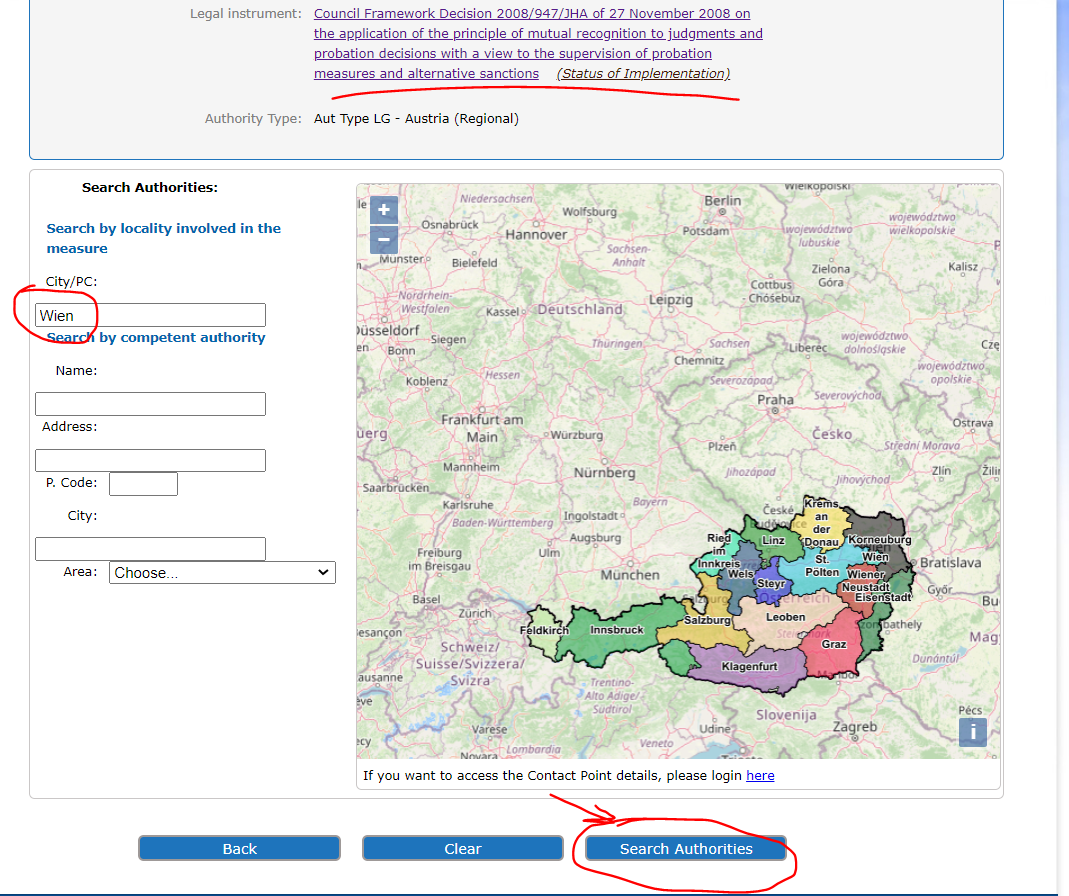
1. Para identificar a autoridade competente, seleciona-se a **Áustria** como o país selecionado (AT). De seguida, seleciona-se a secção **Atlas**, como ilustrado abaixo.



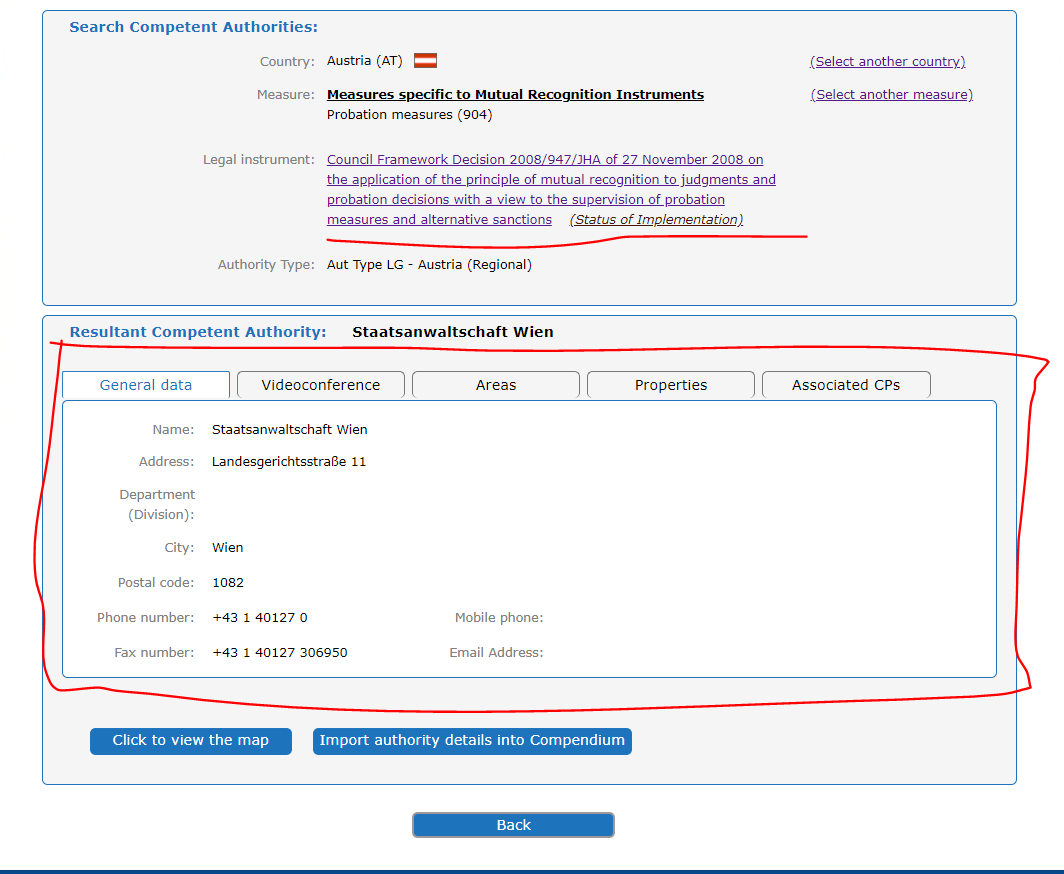
2. Seleciona-se a medida **904. Probation measures** (*medidas de vigilância*). De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



3. Introduz-se **Vienna** (*Viena*). De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



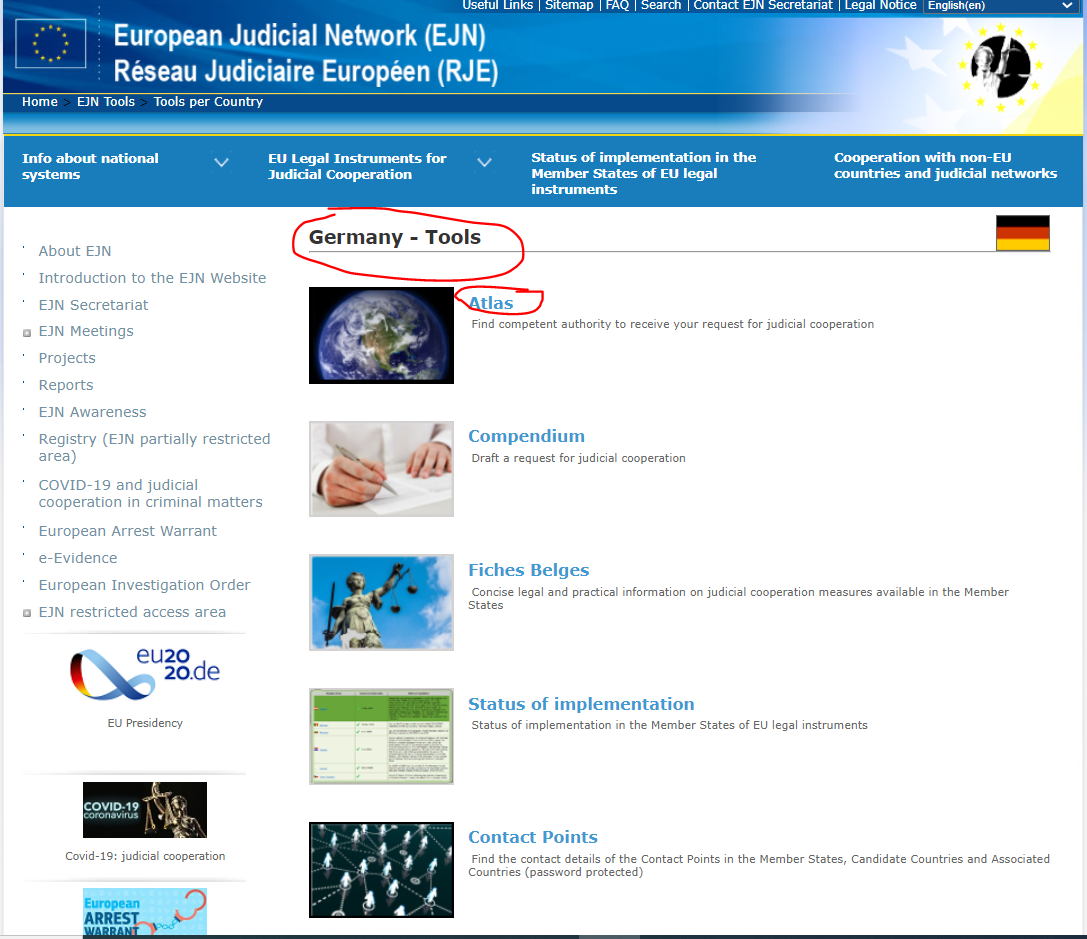
4. No final, é apresentado o resultado da pesquisa, como ilustrado abaixo.



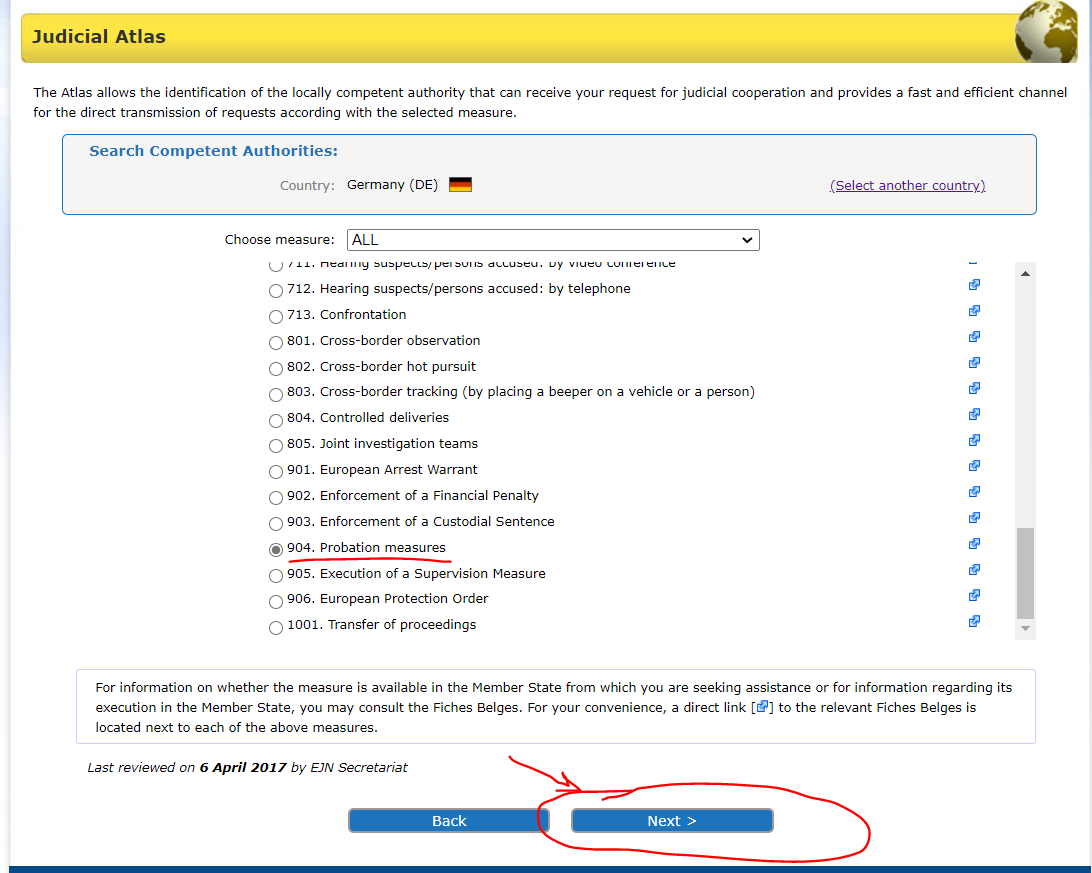
**Solução para a questão 3 do cenário de caso 1.**

* **Encontre a autoridade competente alemã com M.H. legal e habitualmente residente em Hamburgo, Alemanha.**

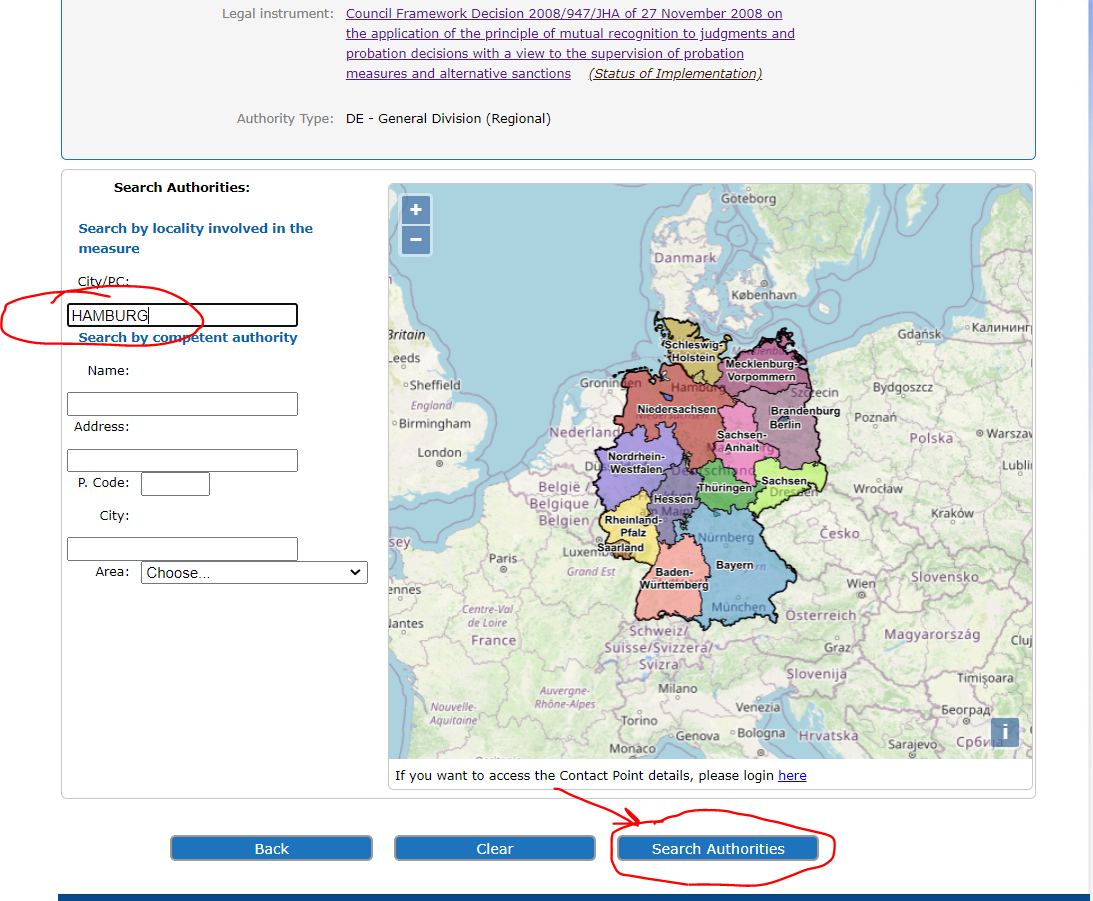
1. Para identificar a autoridade competente, seleciona-se a **Alemanha** como o país selecionado (DE). De seguida, seleciona-se a secção **Atlas**, como ilustrado abaixo.



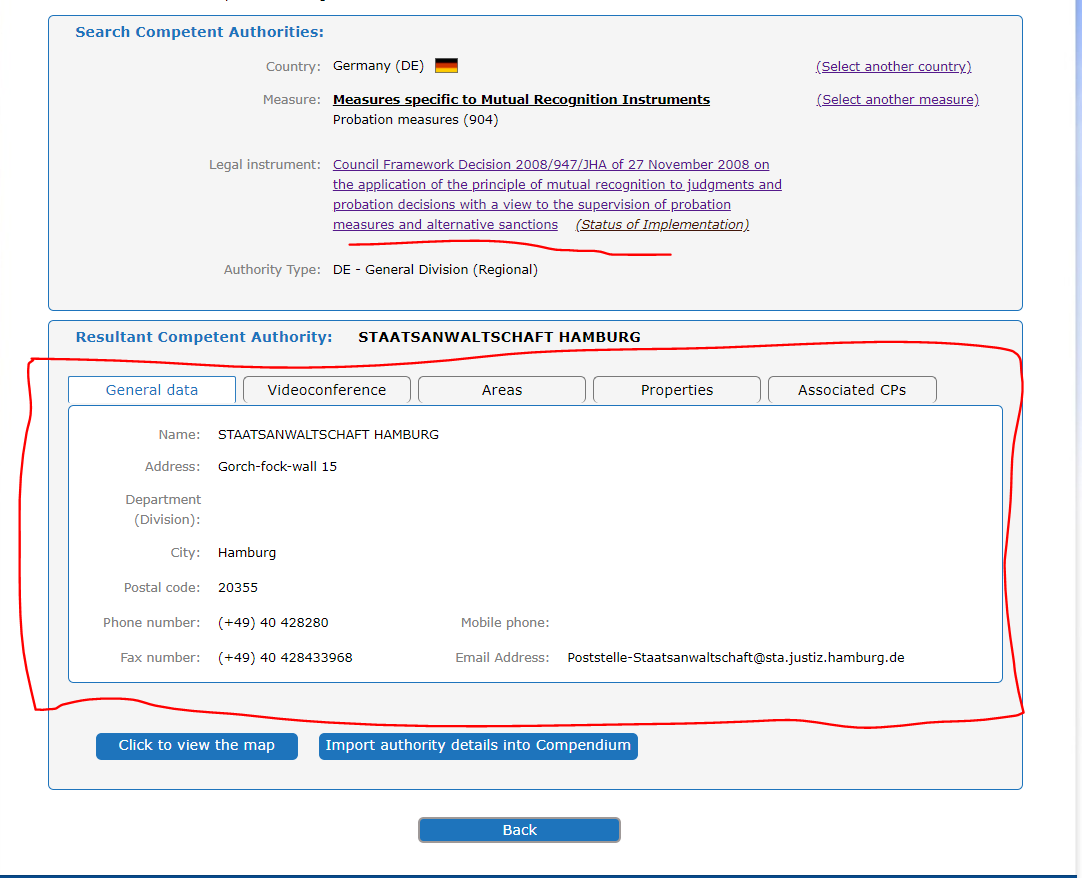
2. Seleciona-se a medida **904. Probation measures** (*medidas de vigilância*). De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



3. Introduz-se **Hamburg** (*Hamburgo*). De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



4. No final, é apresentado o resultado da pesquisa, como ilustrado abaixo.



1. J.O. L 337, 16.12.2008 [↑](#footnote-ref-1)
2. J.O. L 327, 05.12.2008 [↑](#footnote-ref-2)
3. J.O. L 76, 22.03.2005 [↑](#footnote-ref-3)
4. J.O. L 328, 24.11.2006 [↑](#footnote-ref-4)